DESAFIOS E POSSIBILIDADES: olhar urbanístico-histórico do corredor cultural vera arruda em Maceió/AL[1]

GUERRA, Larissa (1); CAVALCANTE, Morgana (2)

(1) Universidade Federal de Alagoas, larissa.guerra@fau.ufal.br

(2) Universidade Federal de Alagoas, morgana.duarte@fau.ufal.br

RESUMO

O Corredor Cultural Vera Arruda, situado em um dos bairros mais valorizados de Maceió/AL, representa um espaço urbano de grande relevância simbólica e potencial paisagístico-cultural. Observa-se uma desconexão entre o ideal projetual e sua efetiva apropriação social, revelando um processo de gestão fragmentado, carente de continuidade, manutenção e percepção ambiental qualificada. A partir da leitura de documentos técnicos, imagens, teses e dissertações, em conjunto com um referencial teórico, este artigo tem o objetivo de compreender a trajetória histórica e analisar criticamente o Corredor, destacando o papel dos agentes envolvidos, as limitações do processo de projeto e as possibilidades de requalificação urbana na era digital. Conclui-se que, para além da recuperação física, é fundamental reativar o sentido cultural e comunitário do espaço por meio de uma gestão urbana integrada, sensível à memória do lugar e aberta às possibilidades da era digital.

Palavras-chave: espaço público; gestão urbana; Corredor Cultural Vera Arruda; Maceió.

ABSTRACT

Vera Arruda Cultural Corridor, set in one of the most valuable neighborhoods in Maceió, Alagoas, is an urban space with great landscape and cultural potential and symbolic significance. There's a disconnect between the design ideal and its actual social appropriation, showing a fragmented management process that lacks continuity, maintenance, and qualified environmental awareness. Based on the reading of technical documents, images, theses, and dissertations, combined with a theoretical framework, this article aims to understand the historical trajectory and critically analyze the Corridor, highlighting the role of the agents involved, the limitations of the design process, and the possibilities for urban requalification in the digital age. It concluded that, in addition to physical recovery, it is essential to reactivate the cultural and community meaning of the space through integrated urban management that is sensitive to the memory of the place and open to the possibilities of the digital age.

***Keywords**: public space; urban management; Vera Arruda Cultural Corridor; Maceió.*

[1] GUERRA, Larissa; CAVALCANTE, Morgana. Desafios e possibilidades: olhar urbanístico-histórico do Corredor Cultural Vera Arruda em Maceió/AL. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE QUALIDADE DO PROJETO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 9., 2025, São Paulo. Anais... São Paulo: FAUUSP, 2025. p. 1-8. DOI 10.46421/sbqp.v9i.7906

1 INTRODUÇÃO

A requalificação de espaços públicos tem se tornado um eixo estruturante das políticas urbanas contemporâneas, sobretudo quando vinculada à valorização da cultura e ao fortalecimento de vínculos sociais. No Brasil, observa-se a multiplicação de intervenções que pretendem unir arte, lazer e segurança em áreas antes degradadas ou subutilizadas, muitas vezes motivadas por interesses diversos — desde a demanda comunitária até a valorização imobiliária.

Nesse contexto, destaca-se o Corredor Cultural Vera Arruda, concebido na década de 1990/2000 como uma solução urbanística para o vazio central do loteamento Stella Maris, no bairro da Jatiúca, em Maceió/AL. A proposta foi viabilizada por meio de um financiamento do Banco do Brasil, que exigia o caráter cultural da intervenção. O projeto original previa um parque linear com *playgrounds*, ciclovia, equipamentos de ginástica, teatro de arena e painéis biográficos sobre personalidades alagoanas.

Apesar da sua proposta inovadora, o Corredor evidencia hoje uma série de contradições. O espaço, que deveria integrar bairro e orla com áreas sombreadas e inclusivas, sofre com falta de infraestrutura, descontinuidade espacial e precariedade na gestão. Como aponta Almeida (2020, p. 135), "depois de muita especulação imobiliária, as construtoras começaram a pavimentar e prover de equipamentos". Atualmente, o corredor está concluído, além de ter sido reconhecido como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado de Alagoas (Alagoas, 2025), porém todos os trechos permanecem subaproveitados. A ausência de vegetação de grande porte em algumas áreas gera desconforto térmico e compromete o uso pleno da área ao longo do dia: "a configuração no sentido leste-oeste deixa o espaço bastante desconfortável e pouco atrativo" (Almeida, 2020, p. 136).

Além dos desafios físicos, observa-se que a concepção e gestão do projeto foram marcadas por tensões entre interesses públicos e privados. A criação do Corredor foi um investimento público que, simultaneamente, serviu à população (como espaço público de encontros, atividades e contemplação) e à especulação imobiliária (como atrativo para aumento no valor dos imóveis da região). Para este artigo, espaço público será entendido como expressão territorial do pacto estabelecido pelas interações políticas da sociedade (Rolnik, 2016, p. 309) e como espaço público urbano, um espaço aberto inserido em uma malha urbana, com a qual pode interagir (Curnier, 2022, p. 31).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa classifica-se como de abordagem qualitativa. Utilizou-se da análise documental e da revisão bibliográfica como procedimentos metodológicos, através de uma leitura urbanístico-histórica crítica do Corredor, com ênfase nos processos de projeto e gestão que moldaram sua conformação atual. O objetivo principal foi compreender a trajetória histórica, os impasses urbanos e as possibilidades de requalificação do Corredor Cultural Vera Arruda, em Maceió/AL. Foram analisados documentos técnicos, dissertações, teses, bem como imagens históricas do local. O estudo fundamenta-se em autores que discutem criticamente os espaços públicos e os desafios urbanos contemporâneos, como Jane Jacobs

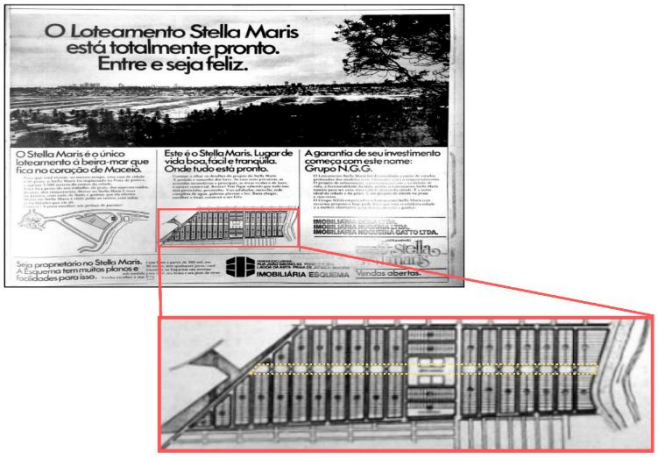
(2024), Jan Gehl (2013), Evgeny Morozov e Francesca Bria (2019), Raquel Rolnik (2016) e Sonia Curnier (2022), cujas contribuições auxiliaram na problematização das fragilidades e potencialidades do parque urbano analisado.

3 PANORAMA HISTÓRICO E CONCEITUAL DO CORREDOR VERA ARRUDA

O Corredor Cultural Vera Arruda surge no contexto de urbanização do bairro Jatiúca, área litorânea de Maceió marcada por intensa valorização imobiliária a partir das décadas de 1980 e 1990. O bairro foi progressivamente loteado, nesse processo, "a combinação de densidade demográfica, distância em relação ao centro e renda da população faz aparecerem importantes subcentros de comércio e serviços" (Nobre, 2007, p. 4).

O loteamento Stella Maris, onde se localiza o Corredor (figura 1), foi implantado com a proposta de uma vida tranquila, com "área de lazer, perto da praia e pouco mais de 3km do centro da cidade", sendo suas ruas desenhadas com *cul-de-sac* para restringir o tráfego veicular e reforçar o caráter residencial (Almeida, 2020, p. 133). No entanto, a crescente verticalização do bairro alterou radicalmente essa configuração.

Figura 1 – Anúncio do Loteamento Stella Maris, recorte e ampliação mostrando a área que veio a ser o Corredor Cultural Vera Arruda



Fonte: Amaral (2023), adaptado pelas autoras (2025).

A área central do loteamento, reservada desde o início como área verde pública, permaneceu por anos sem intervenção, tornando-se um espaço residual, inseguro e mal utilizado. Como relata Quintella (2007, p. 108), "passou mais de 10 anos como um vazio urbano onde havia apenas a presença de algumas poucas espécies arbóreas plantadas", marcado pelo acúmulo de lixo e insegurança.

A virada na trajetória da área ocorreu em 1994, quando a Associação de Moradores do Stella Maris (ASTEMA), preocupada com o abandono, propôs um projeto paisagístico para o local. Apesar do engajamento comunitário, o projeto não foi executado por falta de recursos. Somente em 1999, com o surgimento de uma linha de financiamento cultural do Banco do Brasil, o projeto foi retomado e adaptado pela Prefeitura de Maceió. Como explica Bergamini (2009, p. 139), "o projeto foi realizado e executado rapidamente, para poder ser inaugurado ainda pela gestão

política então no poder", o que levou a falhas técnicas como a ausência de pontos de água para irrigação, comprometendo o desempenho ambiental do espaço.

O caráter cultural foi incorporado como exigência do patrocinador: o parque deveria abrigar não apenas equipamentos de lazer, mas também obras de arte e conteúdos educativos, o que consolidou o espaço como uma galeria de arte a céu aberto — uma proposta incomum em parques públicos no contexto nordestino.

O projeto previu, ainda, a integração funcional entre os trechos do loteamento e a orla marítima, com uma ciclovia conectando bairros populares ao mar, e áreas destinadas a diferentes faixas etárias.

O Corredor, portanto, nasce da convergência entre demandas sociais locais, interesses do poder público em produzir visibilidade institucional e políticas de financiamento cultural. Para Nobre (2007, p. 6), a execução do projeto reflete uma lógica onde "administração pública e iniciativa privada constroem parcerias para a fomentação da (re)qualificação de espaços públicos urbanos com o objetivo de valorizar determinados espaços privados". Isso inclui tanto a melhoria da qualidade de vida dos moradores quanto a valorização imobiliária de terrenos ainda não edificados.

4 DIAGNÓSTICO CRÍTICO: O SUBAPROVEITAMENTO DO PARQUE

Apesar de sua origem marcada pela mobilização social e da tentativa de criar um espaço público culturalmente qualificado, o Corredor Cultural Vera Arruda apresenta hoje diversas fragilidades em termos de infraestrutura, conforto ambiental, continuidade espacial e gestão integrada. Jacobs (2024, p. 112) destaca que "os parques impopulares preocupam não só pelo desperdício e pelas oportunidades perdidas que implicam, mas também pelos efeitos negativos constantes". Estas deficiências comprometem sua apropriação cotidiana pela população, e seu papel como equipamento urbano estruturante e espaço de democratização da cultura.

Figura 2 – Vistas aéreas do Corredor Cultural Vera Arruda (demarcado em amarelo) ao longo dos anos



Fonte: Google Maps e Google Earth, adaptado pelas autoras (2025).

Um dos principais problemas é a fragmentação do percurso e a desigualdade entre os trechos implantados, como pode ser observado na figura 2, com vistas aéreas, que mostram um pouco da evolução do espaço ao longo dos anos. Ainda que alguns trechos contem com vegetação mais densa e equipamentos esportivos (como a etapa entregue em 2018), os problemas de conforto térmico são recorrentes. Em função da orientação solar desfavorável e da ausência de arborização planejada, grande parte do espaço se torna inutilizável durante o dia.

A falta de continuidade na gestão pública também impactou negativamente o desempenho ambiental do projeto. Como ressalta Bergamini (2009), a execução apressada do projeto comprometeu elementos essenciais como irrigação e manutenção paisagística.

Do ponto de vista da apropriação social, o espaço apresenta ambiguidades. Embora projetado para uso público e coletivo, ele se insere em um contexto de valorização imobiliária e seletividade social. Como destaca Nobre (2007), o Corredor foi pensado para atender majoritariamente à classe média-alta local e aos turistas.

Essa seletividade afeta o perfil de usuários e pode limitar a apropriação mais ampla do espaço, contribuindo para sua subutilização. Há, inclusive, relatos de conflitos relacionados à presença de grupos considerados "indesejados" por parte da vizinhança, o que revela tensões sobre a função pública e inclusiva do parque: "Para os moradores do entorno significa mais segurança, área de lazer (para uns) e local de conflitos por conta de grupos sociais indesejados (para outros)" (Nobre, 2007, p. 7).

Além disso, a ausência de ações contínuas de mediação cultural e programação de atividades compromete a ativação do espaço como equipamento cultural. Apesar de conter esculturas e painéis didáticos, esses elementos não são acompanhados por sinalização interativa, atividades educativas ou ações de pertencimento, o que dificulta o acesso pleno aos conteúdos ali presentes. A ideia de cultura como algo acessível, presente na concepção original do projeto, permanece como uma intenção não concretizada.

Essas questões apontam para um modelo de projeto que, embora inovador em sua origem, carece de atualização, manutenção e envolvimento continuado dos agentes públicos e da comunidade. Como afirma Jacobs (2024, p. 107), "as pessoas dão utilidade aos parques e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso". Essa lógica pode se aplicar ao Corredor, cuja subutilização está diretamente ligada à ausência de uma gestão integrada que articule cultura, meio ambiente, mobilidade e inclusão social compromete a plena realização do potencial do Corredor Vera Arruda como espaço urbano vivo e transformador.

5 PROCESSOS DE PROJETO E GESTÃO: FRAGILIDADES E POSSIBILIDADES

O Corredor Cultural Vera Arruda teve sua origem marcada por uma implementação apressada para atender interesses político-eleitorais (Bergamini, 2009). Até o presente, o que mantem o parque vivo é a população e a ASTEMA, que, quase todo o ano tem que lutar para que a Prefeitura e Vereadores não acabem de vez com

esse espaço: ano sim, ano não, ressurgem debates e projetos de lei que querem abrir vias para automóveis no Vera Arruda. Gehl (2013, p. 9) aponta que tentativas de aliviar o tráfego com novas vias e estacionamentos frequentemente geram mais congestionamento, destacando a importância de priorizar a permanência e a mobilidade ativa.

Uma das principais fragilidades do projeto reside na desarticulação entre os diferentes agentes envolvidos — moradores, Prefeitura, órgãos ambientais, artistas, empresas privadas e instituições culturais. Não houve, por exemplo, um plano de gestão pactuado entre esses atores que definisse responsabilidades de manutenção, estratégias de ativação cultural e monitoramento do uso do espaço. Como reflexo, o Corredor apresenta problemas recorrentes de infraestrutura e manutenção.

A pavimentação excessiva de áreas destinadas à contemplação cultural — pensada para abrigar painéis e esculturas — desconsiderou o equilíbrio entre permeabilidade, sombreamento e conforto ambiental, agravando as ilhas de calor e a baixa atratividade em horários diurnos (Almeida, 2020). Isso revela a ausência de uma coordenação técnica entre os campos do paisagismo, urbanismo, cultura e meio ambiente, fragilizando a qualidade ambiental do espaço e seu uso contínuo.

Gehl (2013, p. 6) argumenta que "a potencialidade para a cidade tornar-se viva" surge sempre que as pessoas se sentem convidadas a caminhar e permanecer nos espaços urbanos. A era digital oferece possibilidades que podem transformar a lógica fragmentada do passado em uma gestão mais dinâmica, conectada e participativa. A requalificação urbana contemporânea demanda a ampliação dos protocolos de projeto para incluir diretrizes físico-espaciais, assim como dispositivos tecnológicos e socioculturais que garantam a atualização contínua dos usos do espaço.

Nesse sentido, propõe-se a adoção de tecnologias digitais de mediação cultural, como aplicativos móveis ou sinalizações com QR Codes que forneçam informações sobre a história do bairro, das obras de arte e das personalidades homenageadas. Essa estratégia aproxima os usuários do conteúdo cultural, amplia o alcance do projeto e reforça o sentido de pertencimento.

Uma governança colaborativa é essencial para garantir a continuidade dos cuidados com o espaço, gerar senso de corresponsabilidade e permitir ajustes conforme as demandas locais evoluem. Como aponta Nobre (2007), o espaço tem múltiplos significados para diferentes grupos — moradores, turistas, jovens, comerciantes — e só pode ser plenamente aproveitado quando essas pluralidades são reconhecidas e incorporadas à gestão. Além disso, poderiam ser firmadas parcerias público-privadas para manutenção e reativação do espaço, mediante contrapartidas sociais. Superar a fragmentação do processo de gestão requer a convergência de ações em três níveis:

- Gestão territorial integrada, articulando cultura, urbanismo e meio ambiente;
- Gestão participativa, com envolvimento dos moradores e usuários;
- Gestão digital, utilizando a tecnologia para mediar, informar e ativar o espaço público.

Segundo Morozov e Bria (2019, p. 102-104), uma cidade democrática deve garantir acesso a dados abertos, serviços públicos justos e uma gestão urbana colaborativa. Somente com essa abordagem de gestão ampliada e multiescalar será possível

resgatar o Corredor Vera Arruda do estado de esvaziamento simbólico e funcional a que foi submetido, convertendo-o em referência de requalificação urbana culturalmente comprometida e socialmente relevante.

6 CONCLUSÃO

O Corredor Cultural Vera Arruda representa uma das experiências mais singulares de intervenção urbana em Maceió/AL. Concebido como uma resposta a demandas históricas da comunidade local, e viabilizado a partir de recursos vinculados à cultura, o projeto carrega em sua gênese um potencial simbólico, paisagístico e social que, infelizmente, tem sido negligenciado por práticas de gestão fragmentadas, descontinuidade administrativa e ausência de estratégias integradas de manutenção e ativação.

Ao longo deste artigo, procurou-se evidenciar que os problemas enfrentados pelo Corredor não são apenas de ordem física ou técnica, mas sobretudo relacionados à ausência de uma cultura institucional de gestão urbana qualificada e participativa. As etapas desiguais de implantação, o déficit de infraestrutura em algumas áreas, a perda de vegetação e o enfraquecimento do uso cultural do espaço revelam os impactos de um modelo de gestão que desarticula os agentes envolvidos e ignora as múltiplas vocações de um espaço público complexo.

A análise permitiu identificar que a requalificação do Corredor Vera Arruda exige uma abordagem de gestão multiescalar, que combine o resgate de sua memória urbana com a implementação de novas tecnologias e práticas participativas. Mais do que revitalizar uma praça, trata-se de retomar o sentido original do projeto: um espaço público acessível, educativo, cultural e ambientalmente sustentável.

A era digital oferece novas possibilidades para reconectar o espaço com seus usuários, fortalecendo os vínculos comunitários, a circulação da informação e a valorização da arte pública. Entretanto, essas inovações só serão efetivas se articuladas a políticas públicas de longo prazo, baseadas em escuta ativa, planejamento intersetorial e responsabilização compartilhada.

Por fim, este estudo reafirma a importância de reconhecer e ativar os potenciais "desprezados" de espaços urbanos como o Corredor Vera Arruda. Ao articular patrimônio, cultura, gestão e tecnologia, é possível transformar equipamentos culturais subutilizados em verdadeiros catalisadores de inclusão, pertencimento e qualidade urbana.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Lei nº 9.453, de 2 de janeiro de 2025.** Fica reconhecido como patrimônio cultural e imaterial do Estado de Alagoas, o Corredor Vera Arruda. Maceió: Gabinete do Governador, [2025]. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2025/3259/lei_no_9.453_de_2_de_janeiro_de_2025.pdf. Acesso em: 05 maio 2025.

ALMEIDA, E. M. de A. **A cidade como um sistema complexo:** transformações morfológicas e climáticas em Maceió. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo: Doutorado Cidades) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

AMARAL, R. V. Maceió: abrir ruas em um parque pode melhorar o trânsito? **Caos Planejado**, 05 abr. 2023. Disponível em: https://caosplanejado.com/maceio-abrir-ruas-em-um-parque-pode-melhorar-o-transito/. Acesso em: 02 maio 2025.

BERGAMINI, C. E. **Paisagismo contemporâneo:** estratégias para o projeto de praças. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

CURNIER, S. **Universal Singular:** Public Space Design of the Early 21st Century. Basel, Suíça: Birkhäuser, 2022.

GEHL, J. **Cidades Para Pessoas**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2024.

MOROZOV, E.; BRIA, F. **A cidade inteligente**: tecnologias urbanas e democracia. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

NOBRE, C. E. Poder público como agente executor de praças públicas voltadas à valorização imobiliária: o caso do Corredor Cultural Vera Arruda, Maceió-AL. *In:* ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NORTE E NORDESTE, 13., 2007, Maceió. **Anais ...** Maceió: UFAL, 2007.

QUINTELLA, I. P. C. P. **No olho da rua:** dinâmicas da arte urbana na cidade de Maceió. **2007.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2016.